

## Resenhas

### *O Brasil na Crise — Perigos e Oportunidades*

Paul Singer

São Paulo, Contexto, 1999

Entre os temas mais freqüentes nos debates sobre a atual conjuntura econômica brasileira e as perspectivas da nossa economia, estão presentes inevitavelmente as possíveis causas da abrupta desvalorização cambial ocorrida no início do ano. É consensual entre os economistas que, para compreender tais causas e discutir as perspectivas, é necessário entender como o Brasil se encaixa na seqüência das crises financeiras que se disseminaram pelo mundo a partir da crise asiática no segundo semestre de 1997. Os economistas acreditam que a combinação entre a política cambial adotada antes da desvalorização do Real e as características das crises financeiras que se iniciaram na Ásia, são responsáveis pela crise cambial presenciada no início do ano.

Como não poderia ser diferente, o livro *O Brasil na crise — perigos e oportunidades* do professor Paul Singer, abrange muitos elementos que permeiam esta discussão, pois o livro busca elucidar os motivos que nos levaram à nossa atual situação econômica e discutir as perspectivas para a economia Brasileira. Após a crise asiática, o número de economistas e analistas que criticavam a política cambial adotada pelo governo brasileiro aumentou significativamente, argumentando que tal política poderia ser responsável por uma futura crise no Brasil com as mesmas características daquela ocorrida na Ásia.

Paul Singer, que já escrevia artigos em jornais e revistas criticando essa política, ganhou novos argumentos com a crise asiática. Seu livro reúne uma coletânea dos artigos escritos em revistas e jornais após a crise asiática, que analisam no calor dos

acontecimentos as crises da Ásia, Rússia, Japão e fatos associados a interação e crescimento dos mercados internacionais, a chamada globalização dos mercados, aos quais são atribuídos um importante papel nas causas dessas crises.

O livro se divide em cinco partes correspondentes a quatro tópicos distintos e a conclusão. Para cada tópico, o autor reúne um conjunto de artigos relevantes para o trato do tema abordado, e no tópico conclusivo, Singer apresenta um artigo feito especialmente para o livro.

No primeiro tópico o tema é a crise asiática, onde são apresentados três artigos escritos no segundo semestre de 1997. Os dois primeiros artigos foram publicados em jornal, enquanto o último artigo deste tópico foi publicado na revista *Teoria e Debate*. Estes três artigos apresentam explicações para a crise financeira que se verificou na Ásia, em diferentes níveis de aprofundamento. Os dois artigos de jornal são mais leves e discutem alguns fatores que os economistas consideram de grande importância para o entendimento dos ataques especulativos contra as moedas de alguns dos chamados “tigres asiáticos”. Entre estes fatores está o que é denominado de “efeito contágio”, usado para se referir ao fato de que sucessivos ataques especulativos se espalharam entre países que possuem algumas características econômicas parecidas, sem que os fundamentos da economia destes países justificasse por si mesmos estes ataques especulativos.

Outros fatores discutidos são a interação cada vez maior e mais veloz entre os mercados financeiros, bem como o problema de informação assi-

métrica entre credores e devedores, apontando a implicação destes fatores para a crise dos mercados asiáticos e suas consequências nos demais países. O texto escrito para a revista *Teoria e Debate* tem maior conteúdo teórico e apresenta argumentos bem fundamentados formulados por Paul Singer para explicar o processo que resultou na crise asiática. De forma bastante engenhosa, ele discute como o crescimento da divisão internacional do trabalho induzido pela proliferação das empresas multinacionais (EMN), juntamente com a internacionalização e desregulamentação dos mercados financeiros, gerou um ambiente econômico internacional que possibilitou crises econômicas tais como as ocorridas na Ásia. Para essa análise, são apresentados diversos dados que reforçam as hipóteses apresentadas. No final do artigo é sugerido que o Brasil deveria adotar formas de controle de capitais para evitar uma futura crise semelhante a que os países asiáticos viviam naquele momento.

O tema do segundo tópico é os mecanismos causais da crise asiática. Neste capítulo são reunidos uma coletânea de artigos de revistas (*Informação FIFE*) e jornais escritos entre julho de 97 e outubro de 98, que apresentam os canais que levaram a crises nos países do sudeste asiático no final de 97. Nesta altura do livro, o leitor que desconhecia a postura do professor Paul Singer em relação à política econômica adotada pelo governo já está íntimo ao desapeço do professor a tal política. Entre os elementos que são destacados nesta sessão do livro, como responsáveis por causar crises cambiais e financeiras, está a adoção de âncoras cambiais que mantenham o câmbio sobrevalorizado, medida patrocinada pelo governo brasileiro antes da maxidesvalorização de janeiro deste ano.

Neste tópico critica-se não só a apreciação artificial do câmbio, como as consequências sociais que são atribuídas à manutenção desta política. Através de argumentos bem fundamentados sobre a ótica da teoria keynesiana da demanda efetiva, Singer credita à escolha da âncora cambial a responsabilidade pelos altos índices de desemprego. Na construção destes argumentos, manifesta sua preferência por teorias keynesianas ao criticar a eficiência da instituição mercado atuando sem interferência do Estado e a racionalidade do mercado, hipóteses aceitas pelos economistas que pertencem ao mainstream. Alguns dos conceitos e fenômenos apresentados nos artigos selecionados para este tópico são elementos que estão em evidência nas atuais discussões acadêmicas em torno de crises cambiais e financeiras, tal como bolhas e fusão das instituições financeiras, fazendo com que o leitor seja apresentado a conceitos e fenômenos que com-

põem parte das reflexões atuais da comunidade acadêmica. No último artigo deste capítulo, são discutidas pela primeira vez alternativas à política econômica adotada na época, sugerindo a desvalorização cambial e a redução dos juros.

O terceiro tópico tem com tema o Brasil sendo atingido pela crise e escapando de seu aprofundamento. Neste capítulo são apresentados artigos escritos ao longo do ano de 1998, que analisam as políticas que o governo adotou para se proteger da crise asiática e principalmente da crise Russa ocorrida em outubro de 98. Os textos deste tópico já apresentam uma certa característica panfletária que vem a se acentuar nos capítulos seguintes. Como 1998 foi ano de eleição para presidente da república e Singer tinha uma postura oposicionista, seus artigos revelam preferência pela oposição não só pela proposta econômica, mas também por motivos de ordem política, e atingem diretamente Fernando Henrique Cardoso. No âmbito teórico, são apresentadas algumas críticas a política econômica bem fundamentadas sobre dados apresentados e argumentos baseados na lógica da demanda efetiva e da teoria keynesiana. Singer faz uma análise inteligente de como a crise veio afetar o Brasil, relacionando a política adotada pelo Brasil com a excessiva liquidez vivida pelo mercado financeiro antes da crise e com os investimentos maciços direcionados para os chamados países emergentes. Faz uma análise muito interessante da sustentação das contas externas do Brasil, frisando a dependência do Brasil em relação ao capital de curto prazo e, portanto, à política de juros altos, concluindo que tal política levou o Brasil a uma situação de endogenização da dívida externa e interna insustentável no longo prazo, através de um mecanismo muito bem explicado e elaborado.

O quarto tópico discute o Brasil sendo atingido pela crise que levou a desvalorização do início do ano. Este capítulo é formado por seis artigos escritos no quatro trimestre de 1998 em revistas e jornais. O caráter panfletário do livro se faz altamente presente na maioria destes artigos, onde a opção pela oposição ao governo de Fernando Henrique, e mais precisamente pelo candidato Lula, é sugerida. Nestes artigos a ajuda oferecida pelo FMI, a carta de intenções assinada e o pacote de medidas de ajuste fiscal anunciado são medidas altamente criticadas por possuírem um forte caráter recessivo. Um dos artigos constrói uma analogia criativa entre países com regimes cambiais próximos ao do Brasil e bancos, construindo parte do argumento favorável ao controle de capitais. Crítica o alto grau de abertura comercial sem nenhum tipo de controle do governo, elencando a abertu-

ra sem restrições como sendo uma das responsáveis pela estagnação da economia brasileira.

O quinto e último capítulo se constitui de um único artigo escrito especialmente para o livro, que considero o ponto mais alto do mesmo. No artigo é apresentada toda a série de acontecimentos que precedeu a desvalorização de janeiro, recheada com manchetes dos jornais, seguida de uma didática explicação a cerca de como o governo mantinha a política cambial anterior e como esta política implicou a desvalorização. O artigo segue apresentando a alternativa que o professor Paul Singer sugere para o Brasil a partir da desvalorização ocorrida, para evitar a retomada da inflação e fomentar o crescimento da economia. Essa alternativa é baseada no controle de capitais interno e externo (sugere-se algo próximo da *Tobin tax*), forte interferência do Estado tanto no mercado interno como no comércio com resto do mundo. E como todos os demais artigos do livro, a conclusão é muito clara e bem escrita.

Entendo que existem duas possíveis leituras do livro *O Brasil na crise: perigos e oportunidade*

*des*. Uma leitura seria aquela atenta ao caráter panfletário do livro, na qual o livro se resume simplesmente em críticas ao governo, na qual o leitor julgaria o livro conforme seu grau de aderência ao governo. Ou uma segunda leitura atenta aos argumentos teóricos do professor Paul Singer, baseados na teoria keynesiana que ele domina com grande competência, que de forma bastante engenhosa e inteligente são usados para explicar fenômenos atuais que estão em pauta nos principais debates sobre conjuntura e perspectivas da economia brasileira. Nesta segunda leitura, o leitor estaria diante de uma discussão teórica que o livro de Singer expõe com grande qualidade, mesmo que o leitor seja crítico em relação à matriz teórica keynesiana adotada. Prefiro e sugiro amplamente esta segunda forma de leitura, mas a decisão cabe ao leitor.

Ricardo de Abreu Madeira  
Economista formado pela FEA/USP e  
mestrando em economia pela  
Fundação Getúlio Vargas/SP

## ***Finanças Públicas — Teoria e Prática no Brasil***

Ana Cláudia Além e Fabio Giambiagi  
*Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999*

Devemos saudar a iniciativa de Ana Cláudia Além e Fabio Giambiagi, ao escreverem *Finanças públicas — Teoria e prática no Brasil*, por diversos motivos.

Primeiro, porque rompem com a tradição do ensino de economia no Brasil de adotar livros ou textos esparsos estrangeiros, muitas vezes nem traduzidos para o português, ou fabricar nacionais que, em verdade, são simples colagens de assuntos diversos tratados alhures e a que se põe uma dúbia autoria. Não! Os autores produziram um texto concatenado, de excelente nível e fruto de trabalhos laboriosos e há muito reconhecidos pela comunidade de economistas brasileiros. Tomara que o exemplo frutifique e apareçam iniciativas similares nas áreas de política monetária, comércio exterior, microeconomia, organização industrial etc.

Segundo, porque abordam o tema econômico talvez mais importante das últimas duas décadas, a saber, a situação das finanças públicas e o papel do Estado na economia brasileira. Lembrem-

mo-nos que, desde meados da década de 70, primeiro no mundo desenvolvido e depois em todo o mundo, foi rompido o consenso, firmado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da deseabilidade do Estado do bem-estar social, do modelo tripartite na produção de bens e serviços (público, privado estrangeiro e privado nacional) e da política compensatória keynesiana. Infelizmente, em muitos países e, notadamente, no Brasil, o novo consenso — chamado por muitos de “neoliberalismo” e caracterizado por um claro encolhimento do Estado em todos esses domínios — ainda não se firmou e são grandes as dúvidas sobre a sua adequação, no todo ou em parte, nas situações peculiares do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento dependente (para usar a expressão que voltou à moda, *et pour cause...*).

Terceiro, porque empreenderam com sucesso a dura tarefa de explicar aos leigos e iniciados o imenso cipal de conceitos obscuros, políticas matreiras, acertos e desacertos das autoridades que configuram o dia-a-dia da política fiscal num país

desordenado e com governos pantagruélicos como o Brasil. De fato, o leitor encontrará no livro, muito bem esmiuçados, conceitos como os de necessidades de financiamento do setor público (NFSP) e de déficit público nominal, operacional e primário, que estão na base dos recorrentes acordos com o FMI; a razão e os efeitos de medidas heterodoxas como a famosa “conta de movimento” entre o Banco do Brasil e o Banco Central ou a estranha utilização das empresas estatais para o financiamento do déficit externo em conta corrente nas décadas de 70 e 80, as complexas relações entre déficit fiscal e inflação, muito importantes na consolidação do Plano Real; a evolução da estrutura de receitas (tributos, contribuições e, agora, receitas com privatizações) e despesas públicas no Brasil desde a década de 60, a crise de programas parafiscais como a previdência social, e muito mais.

Quarto, porque não se eximiram de opinar, após cuidadosa exposição de suas razões, a neutralidade axiológica do cientista social é uma atitude a ser tomada durante o processo de investigação científica, que insta o economista ou o sociólogo a reconhecer e examinar com cuidado todos os fatos, inclusive, aqueles que lhe são mais desagradáveis, do ponto de vista de seus valores. Nunca uma defesa do isolamento do mundo ou da indiferença perante os valores (mesmo por que isso seria impossível e, obviamente, chato). É, justamente, essa atitude que encontramos nas páginas de *Finanças públicas — Teoria e prática no Brasil*. Assim, mesmo discordando de algumas interpretações, avaliações e argumentos apresentados pelos autores em defesa deste ou daquele ponto de vista, impossível seria não reconhecer o alto nível técnico e dialético com que foram apresentados.

Quinto, porque a linguagem utilizada é das mais acessíveis, tornando a leitura agradável inclusive ao leigo interessado (mas com um mínimo de conhecimento em economia). O texto é leve e complementado por diversas tabelas, gráficos e *boxes* que dão movimento ao livro.

A primeira parte trata dos conceitos básicos de finanças públicas tanto em termos teóricos (uma breve revisão, pois o objetivo não é teorizar) como no que se refere aos conceitos básicos e fontes de dados necessários para entender como elas se desenvolvem no Brasil. A questão é importantíssima, pois tem sido fantástica a proliferação de novos conceitos, mas infelizmente a maior parte deles com o objetivo de tornar a realidade ainda mais opaca (os dois últimos, que eu tenha notado, são o sumiço do déficit operacional e a aparição das NFSP com e sem [sic] desvalorização cambial!).

A segunda parte se concentra na evolução da

política fiscal no país entre 1980 e 1998 com uma breve incursão no período pós-1964. O grande mérito desta parte é a discussão sobre as relações entre inflação e déficit público que se tornaram agudas a partir da crise da década de 80 e, depois do Plano Real, tiveram uma interessante reviravolta. Os autores notam com razão que, se os formuladores do Plano Real soubessem de antemão que haveria (como houve) uma verdadeira explosão do déficit fiscal depois de 1994, não o teriam feito. E eu acrescento que 99% dos economistas brasileiros teriam condenado veementemente o Plano ainda na prancheta.

A terceira parte é dedicada a tópicos especiais sobre finanças públicas brasileiras que, por motivos bem conhecidos, estão em enorme evidência nos dias que seguem. São eles o sistema tributário, cuja projeto de reforma está para ser votado ainda em 1999, a previdência social, que vem a ser a maior fonte atual de déficit fiscal e cujo financiamento a longo prazo ainda está por ser estruturado, e a crise do sistema federativo, gritante quando se observa a guerra fiscal entre as várias instâncias de governo. Todos os temas foram tratados com elevado nível de qualidade e profundidade.

O quarto e último bloco se refere à chamada reforma do Estado. Ele contém um capítulo sobre o ciclo político e suas repercussões nas finanças públicas, tema muito falado mas pouco estudado no Brasil, outro sobre a privatização e um terceiro capítulo sobre regulação econômica. O capítulo sobre privatização, parece-me, poderia ter sido estendido e conter uma avaliação mais profunda de todo o processo de venda e análises comparativas de desempenho das empresas que passaram para as mãos do setor privado. Em todo caso, ele é bastante útil do ponto de vista teórico e do histórico da privatização.

Finalizando, teria apenas um senão que considero de alguma gravidade — a pouca menção no texto a uma certa mesmice que caracteriza a maior parte das discussões sobre política fiscal no Brasil. Tal mesmice está estampada no fato de que, conforme o que observamos na imprensa, para muitos economistas brasileiros (não é o caso dos autores, obviamente) o único problema macroeconômico relevante no Brasil é o déficit público. Assim, é como se todo déficit fosse ruim e, portanto, bom todo superávit. Uma versão menos rudimentar desse ponto de vista considera toda redução do déficit como boa e ruim todo aumento. Assim, não se compreende que: a) um situação de diminuição do déficit fiscal (ou aumento do superávit) é normal quando a economia se expande (e vice-versa, quando ela entra em recessão), pois as receitas públicas variam diretamente com a renda nacional e as des-

pesas, indiretamente; e b) uma pressão inflacionária advinda da política fiscal pode ocorrer mesmo na situação em que o orçamento está superavitário: basta imaginar a economia em pleno emprego, com um largo superávit fiscal estrutural e o governo reduzindo a tributação ou aumentando os gastos.

A mesmice aludida torna recorrentes os equívocos e confusões de avaliação do impacto macroeconômico da política fiscal no Brasil. Em alguns casos, déficits que são claros produtos da recessão são apontados como causas de acréscimo de inflação. Em outros, com a economia em expansão, a manutenção do déficit fiscal no mesmo nível dos anos anteriores é interpretada como uma política fiscal neutra! Agora mesmo, em 1999, embora o consenso seja de que a política fiscal é restritiva (com base apenas na passagem de equilíbrio para superávit primário — outra simplificação) já se ouvem vozes defendendo o contrário, pois, no con-

ceito nominal, o déficit teria passado de 8% do PIB, em 1998, para esperados 9% do PIB, em 1999.

Onde está a verdade? Por enquanto, a verdade é que falta ao Brasil um indicador do déficit público “estrutural”, isto é, que expurgue da medida tradicional os fatores de variação provocados pelo ciclo econômico e, portanto, espelhe integralmente a ação governamental. Tal indicador é calculado tanto pelo FMI como pela OCDE, em bases correntes, para os países desenvolvidos. Certamente, os autores não estão entre aqueles que são incapazes de perceber tais obviedades, mas a parca menção ao problema no livro contribui para aumentar a esperança de vida da dita mesmice.

*Lauro Vieira de Faria*  
Economista e redator chefe da revista  
*Conjuntura Econômica/FGV*

## *A Cultura Japonesa Pré-Industrial — Aspectos Socioeconômicos*

Nobue Myazaki (org.)

*São Paulo, Edusp, 1998*

O centenário do Tratado de Amizade Brasil-Japão em 1995 foi a oportunidade de uma reflexão interdisciplinar sobre estas duas culturas e civilizações.

Este livro é o produto das discussões que tiveram lugar na Fundação Getúlio Vargas/SP, após a exposição dos artefatos pré-industriais japoneses para a neve no Centro Cultural São Paulo. Estes instrumentos do cotidiano do inverno japonês da era Meiji de modernização do Japão (1868-1912) coincidem com o início da imigração japonesa ao Brasil, focalizado como um retrato da arte e da engenhosidade que precedem o grande desenvolvimento econômico e tecnológico japonês atual.

O contraste entre o Brasil e o Japão possibilita uma abertura de perspectivas tanto para pesquisadores japoneses e brasileiros, como é o caso do texto “Do povoado à metrópole”, do pesquisador do Museu Nacional Japonês de Etnologia em Osaka, professor Hirochika Nakamaki.

Com o subtítulo: “Considerações sobre a evolução da sociedade agrícola para a sociedade da informática, passando pela sociedade industrial no Japão”, este texto apresenta uma panorâmica temporal das seqüências tecnológicas e de seus sin-crônicos na religiosidade: assim têm-se o culto do Santo Daime, a seita japonesa Seicho-no-Ie no Bra-

sil e a seita Shinrikyo dos atentados com gás Sarin. Em suma, um atrativo contraste entre o trinômio lago-rio-peixe do imaginário social naturalista das crianças da tribo brasileira Madiha-Kulina do rio Andira, com as crianças japonesas, com automóveis e bichinhos de estimação como imaginário. Apesar dos Madihas do Acre e do Amazonas vestirem roupas industrializadas, jogarem futebol e dançarem ao som de música brasileira regional, eles falam a língua da tribo e mantêm muitas das tradições deles. Já a mudança de valores no Japão fez o trinômio agrário (sol-montanha-plantações de arroz) da era Yayoi ir desaparecendo da memória na era da informática.

O segundo texto que completa a parte I (“Antropologia”), “O cotidiano no país das neves”, apresenta uma realidade de um universo totalmente desconhecido para o Brasil. Hisae Hara Asano da Saitama University (Japão) mostra a vida na neve tornada cotidiana: crianças deslocando-se para a escola tendo que evitar pisar nos fios elétricos, pois a neve cobriu os postes de força! Uma perspectiva ecológica e a incorporação da neve no universo lúdico compõem o painel da neve: a neve elimina insetos nocivos à colheita e além dos esportes de inverno, temos o “pequeno ano novo” de 15 de janeiro e festejos da noite mais fria em fevereiro.

No primeiro dos três textos que compõem a parte II (“Economia”), o economista Darcy Carvalho apresenta a estratégia geopolítica de longo prazo do Japão, dentro de uma perspectiva que não só contempla, como também “costura” abordagens históricas, culturais, sociais, econômicas e geopolíticas, com excelente fundamentação bibliográfica.

Contrapondo-se à idéia simplista de que o sucesso japonês se explica na década de 1960, Carvalho remonta o processo histórico em um contínuo, mas geopoliticamente caracterizado, desde o primeiro contato com o ocidente, o século português (1543-1640), passando pelo período de unificação de Tokugawa, a restauração Meiji e a era Showa (1925). O aspecto mais importante a ser destacado é o papel do Estado japonês, que com sua burocracia permanente teve um papel determinante. Assim, o autor conclui sua análise do sucesso japonês, como exemplo notável de planejamento econômico global de longo prazo.

Continuando a argumentação de Carvalho, o “comércio externo da seda japonesa”, de Sívio Myazaki, concentra-se em dados detalhados do comércio exterior japonês a partir da era Meiji e no caso específico, do fomento à industrialização a partir da substituição das importações de seda, que foi o principal produto de importação do Japão no século XV. Com riqueza de dados, Myazaki mostra esta indústria da seda como pioneira na estratégia de crescimento orientada pelas políticas de exportação governamentais.

O terceiro texto apresenta a questão da competitividade sob o prisma da eficiência específica das pequenas empresas japonesas. Como todos os trabalhos desta parte II, Claudio Sato teve o cuidado de contextualizar historicamente as pequenas empresas japonesas, partindo da era Meiji até os dias atuais. Para além das naturais atrações da pequena empresa enquanto organização flexível, inovadora e capaz de explorar nichos de mercado e grande absorvedora de mão-de-obra, e ressaltando as parcerias entre pequenas empresas e os grandes grupos empresariais, chegando-se ao atual modelo de subcontratação notável no ramo automotivo japonês. O autor ainda posiciona as pequenas empresas japonesas como exceção exemplar dentro de teorias correntes como a de Baumol (interação entre demanda existente e evolução tecnológica) e de Oliver E. Williamson (estrutura minimizante de custos de transação), na verdade “um produto da evolução de uma interação histórica entre fatores socioeconômicos, políticos, tecnológicos e estratégicos dos produtores.

Na parte III (“Tecnologia”), em “educação e sistema de valores como base do progresso téc-

nico”, apresenta-se uma análise reflexiva com profundidade, em que resultados econômicos não são o fim em si mesmo, são primordiais questões de cidadania da *polis* (entidade política). Alinhando o Japão com a Alemanha, como países de desenvolvimento tardio, Rattner contrasta a forma destes países com a de outras potências econômicas. Com um seguro conhecimento dos mecanismos sociais e culturais dos japoneses, o autor discute os potenciais e limites da tecnologia no caso japonês. Assim Henrique Rattner deixa a pergunta: “Será a sociedade japonesa capaz de desempenhar um papel ativo nas transformações econômicas e culturais que se processam em escala global, sem perder suas raízes e identidade e, ao mesmo tempo, assegurar aos seus cidadãos padrões de bem-estar material e simbólico, respeitando o espaço e os direitos individuais?”.

O arroz cultivado e o selvagem no Brasil mostra as pesquisas em torno do arroz selvagem encontrado na Amazônia, cuja importância reside na possibilidade de beneficiamento genético do arroz cultivado a partir dos genes do arroz selvagem. Além dos dados técnicos de agronomia, a história do arroz nas civilizações também é apresentada.

Soluções tecnológicas no Japão pré-industrial fecha a terceira parte do livro, mostrando a engenhosidade, a intuição contida na tecnologia pré-industrial japonesa, explicada dentro do contexto de estamentos sociais japoneses do período. Osvaldo Horikawa ressalta ainda as qualidades dos artefatos sugerindo o aprimoramento a cada geração destes instrumentos.

Esta coletânea destina-se ao estudioso de várias áreas do desenvolvimento das civilizações, apresentando uma abordagem interdisciplinar integrada, e também deve atrair o público em geral por estar em uma linguagem acessível e bem definida nos termos empregados. A grande variedade de temas e de abordagens dos textos tem em comum o cuidadoso embasamento factual, teórico e histórico de todos os textos, que já valeriam somente pela bibliografia citada para o pesquisador do caso japonês.

*Alberto I. Sugo*

Professor do departamento de Administração Geral da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; mestre e doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV e pesquisador visitante nas universidades de Fukuoka e Quioto

*Nota: Claudio Sato deixou-nos inesperadamente em 1998, uma lacuna que seu texto nos rememora.*

## *The Brazilian Economy — Structure and Performance in Recent Decades*

Maria José F. Willumsen e Eduardo Gianetti da Fonseca (orgs.)

Miami, North-South Press Center, 1997

Coletânea de artigos assinados por especialistas de renome, o livro *The Brazilian economy: structure and performance in recent decades* representa agradável e ilustrativa leitura. A economia brasileira é escrutinizada em seus aspectos micro e macroeconômicos, especial ênfase colocada nas ocorrências da década de 80 e início de 90. A qualidade dos textos introduz o livro como referência praticamente obrigatória para a análise sintética e competente da estrutura e da performance recente da economia brasileira.

A fragilidade do arcabouço institucional brasileiro, implícita ou declaradamente, é ressaltada pela totalidade dos articulistas como fator fundamental à compreensão das dificuldades em encarnilhar a economia numa trajetória de desenvolvimento sustentável. Com efeito, os equívocos e omissões das políticas públicas acumulados nas últimas décadas parecem explicar parcela substancial da estagnação e ameaça da ruptura hiperinflacionária que se expuseram de forma marcante no período Collor.

Mais voltados ao tratamento dos ciclos macroeconômicos de curto-prazo, Barbosa & Macedo (cap. 1) procuram associar tanto o caráter errático da evolução do PIB brasileiro quanto à persistência das altas taxas de inflação à recursividade das crises fiscais no período. Longo (cap. 2) direciona sua argumentação, essencialmente, à excessiva regulamentação da economia, avaliando a emergência e reversão do processo de aumento da inserção estatal no país. Percebendo a liberalização como benéfica, mantém-se incrédulo em relação aos mecanismos escolhidos para sua realização no período analisado.

Hélio Nogueira & Eugênio da Silva (cap. 3) cuidam de relatar aspectos do desenvolvimento industrial do país, procurando desagregação setorial, em associação à evolução tecnológica. Mostram otimismo na avaliação de longo prazo, ainda que identifiquem na instabilidade macroeconômica, que marcou o período analisado, empecilho de relevo à sustentação da tendência percebida satisfatória.

Homem de Mello (cap. 4) ocupa-se de sua especialidade, pugnando pela modernização e liberalização da política agrícola. Contrastando cenários, Mello insinua a alta sensibilidade da distribuição de renda à diferentes opções de política no setor. Eli Pelin (cap. 5), com objetividade, des-

creve e sugere estratégias para a delicada questão da matriz energética. Considerando as diferentes fontes energéticas disponibilizáveis, as alternativas de financiamento e o impacto ambiental delas esperado, Pelin elabora ilustrativo esboço de planejamento para o setor.

Os aspectos externos são tratados por Silber (cap. 6) e Zini (cap. 7). O primeiro emprega enfoque geral, ocupando-se de discutir brevemente o comportamento dos fluxos reais e financeiros na área externa durante o período, percebendo o aumento da inserção externa como pré-condição para a sustentabilidade do financiamento do desenvolvimento brasileiro. Zini, partindo da análise do intervencionismo no mercado de câmbio, que maculou o início da década de 90, sugeriu cautelosa, mas firme, flexibilização cambial. O saudoso professor propunha direcionamento de política absolutamente diverso do que, infelizmente, observou-se no período do Real.

Os capítulos finais voltam-se para a análise do mercado de trabalho, formação do capital humano e distribuição de renda no Brasil. Um tratamento adequado destes temas exige ampliação do período considerado, todos os autores retornando a referências de meados do século e estendendo suas considerações aos anos 90. Com vasta ilustração empírica, José Paulo Chahad (cap. 8) apresenta e discute os determinantes da evolução sócio-demográfica no período, com os reflexos observados sobre a população economicamente ativa e o mercado de trabalho. Chahad detecta claras alterações estruturais no período e antecipa políticas voltadas para a minimização dos drásticos problemas vislumbrados. Giannetti da Fonseca (cap. 9), um dos organizadores do livro, cuida, com a tradicional competência, da questão da formação de capital humano, aspecto central na moderna teoria do desenvolvimento. Partindo de breve enquadramento teórico, Fonseca encontra na alta taxa de crescimento populacional, concentração de renda e baixa qualidade dos investimentos sociais do governo, os principais obstáculos à adequada formação do capital humano brasileiro. Com precisão, percebe imprescindível a ruptura do ciclo de incompetência e pobreza que macula a história do país, a readequação das políticas públicas para a solução destes entraves. Maria Cristina Cacciamali (cap. 10), desenvolve argumento complemen-

tar e harmônico ao de Fonseca, avaliando a evolução da distribuição de renda no país, que encontra nítida deterioração a partir da década de 80. Antevendo possibilidade de reversão do quadro de desigualdade apenas no longo prazo, identifica não apenas nas disparidades na alocação do capital não-humano, como ainda em disfunções institucionais no mercado de trabalho, problemas fundamentais a serem superados. Finalmente, Maria Willumsen (cap. 12), também organizadora, aprofunda a análise da trajetória da desigualdade brasileira, enfocando-a em sua dimensão regional. As assimetrias na distribuição espacial da população

e da renda, percebidas em sua perspectiva histórica e lógica econômica, revelam a necessidade de uma política específica e ativa para mitigar as discrepâncias regionais que, segundo a autora, tenderiam inexoravelmente a aumentar, caso mantida a atual passividade do governo em relação ao problema.

*Roland Veras Saldanha Jr.*  
Mestre em economia de empresas pela  
Escola de Administração de Empresas da  
Fundação Getúlio Vargas/SP e  
professor da EAESP/FGV e PUC/SP